

REGIMENTO INTERNO ESCOLAR INSTRUMENTO DE QUALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICO DA ESCOLA PÚBLICA

Edna Maria Palmerin Ferreira¹

Resumo Este artigo tem como tema Regimento Interno Escolar Instrumento de Qualidade na Organização Democrático da Escola Pública a qual se realizou com o objetivo de analisar o cumprimento do Regimento interno escolar como instrumento de qualidade na Organização democrática da Escola Pública. A realização da investigação têm o enfoque qualitativo, desenho não experimental acervo bibliográfico, de acordo com PARO (2006), Constituição Federal (1988), LDBEN 9394(1996), LIBANEO (2001), LUCK (2012) SAVIANI (1997) revisão da literatura como teses e outros trabalhos. Os resultados apontam que o cumprimento do Regimento Interno Escolar no processo de democratização da organização da escola pública requer a construção do referido instrumento com a participação efetiva de toda a comunidade escolar, haja vista o Regimento ser um documento legal de caráter facultativo elaborado pela instituição escolar que fixa a organização administrativa, didática pedagógica e disciplinar do estabelecimento que regula suas relações com o público interno e externo, configurando-se com o processo investigativo adotada com suporte escola estadual em Macapá no estado do Amapá, por encontrar nesta escola, a implantação da Gestão democrática com eleição direta para equipe gestora escolar, eleita por seus pares, conforme a Lei 1503/2010, que traz o questionamento de: O regimento Interno escolar pode ser um instrumento de organização democrática da escola pública. O trabalho foi organizado em: Concepção de gestão escolar; o papel da equipe gestora; elementos de apoio a gestão; o regimento interno escolar na organização da escola pública, e as considerações finais

Palavras – Chave: Regimento Interno, Organização e Gestão Escola.

INTRODUÇÃO

A Gestão Democrática faz parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade que tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão. Tal discussão encontra respaldo na legislação educacional pois de acordo com Paro (2006) não pode haver democracia plena sem pessoas para exercer-las. A Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 em seu Artigo 8º define a Organização da Educação Nacional remetendo esta organização a escola pública, que segundo LIBANEO (2001) “Toda instituição escolar necessita de uma estrutura interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal”.

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).
Edna_palmerin@hotmail.com

O Regimento Interno escolar Instrumento de qualidade na organização da escola pública com possibilidades de apresentar uma diferenciação nos processos que definem a democracia da escola, tendo a finalidade de organizar suas atividades definidas na participação compartilhada, e dentro desta perspectiva centrou-se na indagação de; O Regimento Interno escolar pode ser um instrumento de qualidade na organização democrática da escola pública? e para tanto se faz necessário pontuar o objetivo geral no qual se pauta esta pesquisa; Analisar o cumprimento do regimento interno escolar como instrumento de qualidade na organização democrática da escola pública

Descrever o Regimento Interno escolar como instrumento de qualidade na organização da escola pública que atende as áreas administrativa, pedagógica e financeira, de forma a entender as concepções de Gestão e o papel da equipe gestora escolar identificando os elementos de apoio a gestão democrática a metodologia aplicada para alcançar os objetivos tem o enfoque qualitativo SAPIERI (2006) não experimental ALVARENGA (2014), exploratória descritiva ALVARENGA (2012), atendendo à luz das legislações vigentes, acervos bibliográficos e web, assim como não requerendo o uso de métodos e técnicas estatísticas e as considerações finais.

Concepção De Gestão Escolar

Alguns autores remetem várias concepções de gestão escolar, entre elas encontramos. (AZEVEDO, 2006), que afirma:

No Brasil, tal como em outras realidades, a questão educacional emerge como um tema socialmente problematizado no bojo da própria estruturação do Estado-Nação e as políticas educacionais brasileiras vêm sendo executadas, especialmente, através de leis, decretos, e normas,

Na afirmação de Líbano existem duas formas de conceber a gestão escolar: o enfoque científico-racional e o enfoque crítico. Segundo a sua tipologia dos dois enfoques acima derivam três concepções distintas de gestão escolar:

- A concepção técnico-científica, se expressa, no poder centralizado, na divisão técnica do trabalho escolar, visando à racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares e dando maior importância às tarefas do que às pessoas.
- A concepção autogestionária, baseia-se na responsabilidade coletiva e recusa qualquer tipo de norma e sistema de controle, priorizando as inter-relações mais do que as tarefas, a ausência de direção centralizada e a acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição.

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).

Edna_palmerin@hotmail.com

- A concepção democrática-participativa, envolve uma “relação orgânica “entre direção e todos os outros segmentos da escola primando por objetivos e decisões construídas coletivamente que posteriormente serão assumidas por cada membro em sua especificidade de forma organizada e flexível.

Para uma equipe gestora desempenhar com eficácia e eficiência suas atividades é necessário conceber e entender a importância das concepções que podem contribuir para o exercício da gestão escolar.

A equipe gestora escolar deverá optar por seguir a exemplo uma concepção que apresente uma características de um sistema que valoriza as interações sociais e o contexto sócio-político democrático e possibilita aos membros da comunidade escolar discutir e deliberar de forma colaborativa. Logo, é uma construção social definida e aberta a contribuições baseada na descentralização, direcionando a formação dos indivíduos, com variadas possibilidades de ampliação para a existência de uma prática educacional que valoriza a formação do ser humano integral.

Ainda buscando as concepções sobre gestão escolar, a gestão democrática constitui princípios fundamentais da organização e da administração das instituições públicas escolares compreendendo que a coparticipação é um ato de querer contribuir, de participar Segundo (Saviani 1997). A organização escolar refere-se a princípios e procedimentos relacionados a ação de planejar o trabalho da escola, o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais).

No decorrer dos anos, as concepções de diretor de escola e gestão escolar foram sofrendo modificações na sua trajetória histórica. Ambas sempre estiveram vinculadas ao contexto social, econômico e político, o modelo centralizador e autoritário predominou durante décadas deixando marcas nas estruturas de relação das escolas. A gestão escolar deve ser entendida como resultado positivo de um longo processo, historicamente marcado pelas contradições sociais e pelos interesses políticos. Portanto, é impossível desvincular as transformações vividas atualmente, haja vista que com o advento das leis as estruturas de poder e controle verticalizadas e rigidamente hierarquizadas nas escolas foram tomando outros formatos principalmente entendendo que a participação dos principais envolvidos com a educação, dentro da escola teriam outras vertentes, ainda nos dias atuais a centralização do poder encontra-se arraigada tanto na organização do sistema educacional brasileiro quanto no interior das escolas. Ela se reproduz de diferentes formas e nos diferentes âmbitos: chegando até as salas de aulas

Segundo Saviani (1985) este fato ocorreu por conta do caráter ilegítimo do poder exercido pelo setor governamental surgindo novas formas de organização administrativa, não reconhecendo as legitimidades. É importante observar que as manifestações dos educadores, ocorridas nesse período,

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).
Edna_palmerin@hotmail.com

tiveram como eixo as mudanças na gestão e na organização da escola, bem como a reivindicação por uma política de valorização do magistério. Com a Constituição de 1988 é firmado o princípio da gestão democrática. O papel assumido pelo gestor ganha relevância e ele é visto como um elemento fundamental para instaurar a gestão participativa no interior da escola e na integração com a comunidade.

A equipe gestora escolar deve compreender que a gestão democrática escolar é uma ação que precisa estar presente nas relações cotidianas da escola é o que diz Paro (2007), pois assim a escola não será solitária seu gestor não é centralizador e sua equipe gestora será uma grande aliada na disseminação de compartilhamento das atividades pedagógicas completando a afirmação de Paro (2007) sobre a dimensão social da qualidade do ensino. Durante muitos anos no Brasil foram feitos vários estudos relacionados a gestão escolar que segundo LIBANEO (2001) existem três formas de concepção de organização e gestão escolar para o qual optou-se pela democrática – participativa por basear-se na forma de decisão e participação coletiva, em que existe uma relação de respeito, equilíbrio, entre as partes. Durante décadas se internalizou a concepção de gestão como uma organização planejada de cima para baixo, com autoridade vivida de forma controlada com padrões e normas no intuito de ter uma estrutura eficiente que prime pela organização do espaço escolar.

Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição escolar de maneira que possibilite a participação e a transparência, para LIBANEO (2012) o processo de organização escolar dispõe de funções, que são extremamente importantes dentro da organização tendo as propriedades, que define como sendo quatro as funções constitutivas desse sistema; O Planejamento, que trata das decisões orientações, trata da racionalização de recursos humanos físico, material, financeiro criando e viabilizando as condições e modos para o qual está sendo fundamental na estratégia e nas execuções, os modos de realizar o que foi planejado; Direção; que coordena os esforços humanos coletivos e a Avaliação; que comprova como está o funcionamento da escola.

Ainda buscando as concepções sobre gestão escolar, a gestão democrática constitui princípios fundamentais da organização e da administração das instituições públicas escolares compreendendo que a coparticipação é um ato de querer contribuir, de participar Segundo (Saviani 1997). A organização escolar refere-se a princípios e procedimentos relacionados a ação de planejar o trabalhos da escola, o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais)

A equipe gestora deve se empoderar desse conhecimento de forma que possa aplicar nos exercícios de sua administração entendendo que o papel desta equipe é de conduzir com eficiência o desenvolvimento das atividades escolares.

O Papel Da Equipe Gestora Escolar

A lei 1503/2010 de 09 de julho de 2010 que dispõe sobre a regulamentação da Gestão Democrática Escolar nas unidades escolares do sistema Estadual de ensino que possibilita eleição para equipe gestora escolar composta pelo Diretor Diretor Adjunto e Secretário Escolar através do voto direto e esta mesma lei rege as atribuições que a equipe gestora escolar deve exercer. A equipe gestora é responsável por assegurar a autonomia da escola diante de novos parceiros, buscar novas oportunidades e articula - lás com os objetivos e as atividades do projeto pedagógico. Para Dourado (2010) “Gestão escolar na perspectiva democrática tem características e exigências própria. Para efetiva-las deve-se observar procedimentos que promovam o envolvimento o comprometimento e a participação das pessoas “

O gestor escolar responsável pela articulação, pela mobilização de forma a agregar a comunidade da escola e, refletindo sobre suas funções desenvolvidas dentro da instituição que, procurando construir uma organização feita com a participação dos pais, alunos, professores e demais servidores, tem a possibilidade de fortalecer esta gestão agregando pessoas que buscam participar das ações escolares.

Identificação dos elementos de apoio a gestão Concomitantemente a concepção de Gestão escolar, o papel da Equipe Gestora é primordial no desempenho desta atividade tão importante para a melhoria da gestão e da organização da escola, como se organiza uma instituição e a própria organização que trata da racionalização de recursos humanos, físico, material, financeiro; criando e viabilizando as condições. A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição escolar de maneira que possibilite a participação e a transparência, para LIBANEO (2012) o processo de organização escolar dispõe de funções, que são extremamente importantes dentro da organização tendo as propriedades, que define como sendo quatro as funções constitutivas desse sistema; O Planejamento, que trata das decisões orientações, sendo fundamental na estratégia as execuções, os modos de realizar o que foi planejado, a Direção; que coordena os esforços humanos coletivos e a Avaliação; que comprova como está o funcionamento da escola.

Com o papel fundamental de gerenciar a escola uma característica inerente à gestão escolar pela qual o gestor mobiliza orienta e coordena o trabalho de pessoas para aplicarem o melhor de si na realização de ações segundo LUCK (2012) o trabalho dos gestores escolares se assenta, pois, sobre sua capacidade de liderança, isto é, de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais) para efetivação dos objetivos educacionais propostos pela escola. Para melhor explicitar o papel do gestor escolar é possível construir um Mapa Conceitual em que se expõe as possibilidades das competências de um gestor Pois o Mapa Conceitual é um recurso esquemático segundo (Ibid.p.33), é uma resposta prática ao modelo de

aprendizagem que pode levar a pensar que se trata de uma fórmula de aplicação imediata, um tema eminentemente prático.

O gestor escolar é o maior responsável pela organização da escola juntamente com sua equipe do Diretor Adjunto e Secretário escolar perpassando pela liderança que garante a democracia, a parceria a participação, onde os colegiados tem grande parcela na construção da qualidade do trabalho da equipe gestora escolar, onde a liderança é exercida pelo gestor fazendo com que haja atuação integrada com a comunidade escolar e em torno. Afirmado que o gestor ou Diretor, Diretor Adjunto e Secretário (a) escolar fazem parte de uma equipe eleita pela comunidade e seus pares através do voto direto amparado pela lei estadual 1503/2010 que trata da gestão democrática escolar, a construção do Regimento Interno escolar deverá ser uma ação da equipe gestora que garantirá a organização o equilíbrio da administração escolar, embora na construção do Regimento Interno as discussões são calorosas com questionamentos a serem respondidos. Em Bruno (2005, p, 40) confirma-se a tendência de promover formas consensuais de tomadas de decisões no interior das escolas se utilizando da participação como mecanismo de prevenção de conflitos. As escolas que já tratam da gestão democrática no seu interior poderá se fortalecer nos elementos de apoio a gestão no sentido de garantir a participação e a legitimidade de suas ações.

Elementos de Apoio a Gestão

Conselho Escolar

Conselho Escolar é um dos instrumentos da gestão democrática e com sua atuação a equipe gestora passa a ter parceria não só pela administração da escola mas pelos representantes da comunidade escolar que atuarão como conselheiros em busca de um envolvimento coletivo tendo como foco principal a melhoria do desenvolvimento da educação escolar. A participação a disponibilidade são fatores essenciais dentro do Conselho escolar haja vista não ser um cargo remunerado. Para Lombardi (2010 p 22) “a organização da escola está em constante processo de transformação, acompanhando a produção da existência dos homens, de seu modo de produção, ao se transformar o modo de produção, suas mudanças também são acompanhadas por toda organização social, jurídica e política.

É função do Conselho Escolar segundo Navarro (2004 p 12) “deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas financeiras no âmbito da escola é também uma instancia de discussão acompanhamento, representa também a comunidade”. E dentro do Organograma da Escola Pública o Conselho Escolar rompe com o poder centralizado, não acontece por meio de normas, leis, decretos é um ato de construção. Haja vista ter funções a serem executadas.

Função deliberativa quando se atribui competência específica para decidir sobre determinadas questões. Função Consultiva tem caráter de assessoramento e é exercida por meio de pareceres aprovado pelo colegiado.

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).

Edna_palmerin@hotmail.com

Função Fiscal é revestido de competência legal para fiscalizar o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações. Função Mobilizadora situa o conselho na mediação ação efetiva entre sociedade, governo estimulando a participação de todos. O processo de compartilhamento das ações é que possibilita a escola a ampliar o seu fortalecimento dando forma a organização coletiva estruturando melhor a equipe gestora, a criação e atuação dos conselhos escolares abre caminhos para se avançar na democratização das equipes gestoras. NAVARRO (2004)

O Conselho Escolar por meio de representantes de pais funcionários professores, equipe gestora e comunidade local que o compõe deve conhecer a legislação os indicadores educacionais a realidade do bairro e da escola a que se vincula seu papel é o de assumir a luta pela efetivação do direito a educação no âmbito de suas atribuições, o conselho escolar toma decisões coletivas, ele só existe quando está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado.

Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento significativo dentro da escola em que a sua construção tem a participação da comunidade escolar e em torno onde suas ações devem garantir uma escola cidadã em que todos devem ter esta participação garantida pais, professores, alunos, funcionários sabendo de seu papel e da sua contribuição para as mudanças necessárias a uma escola de qualidade.

Segundo Vasconcelos (2005), Projeto Político Pedagógico é o plano mais importante dentro da escola é vital para o seu desenvolvimento nunca está pronto e acabado constitui-se de planejamento de participação efetiva na sua construção determinando as ações que deverão ser realizadas, pois, compreende-se que a gestão democrática perpassa por esta organização. Concebendo a participação dentro do Projeto Político Pedagógico dito por PINTO (1995), deixa de ser considerado por especialista passando a valorizar a construção, a participação, o diálogo, o poder coletivo local exercendo o poder democrático, o poder do dialogo das relações de igualdade intencionalidade fundamentando-se como os mais marcantes dentro do planejamento participativo.

Associação de Pais e Mestres - APM

Uma entidade jurídica de direito privado que tem objetivo de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional. Integra escola a comunidade e trabalha juntamente com os demais colegiados sem fins lucrativos.

A Associação de Pais e Mestres por meio da qual a escola tem parceria efetivada e que contribui para o fortalecimento da gestão democrática e, optam pelo fazer cada vez melhor não somente nas questões administrativas e financeiras, mas também nas de cunho pedagógico. A Constituição de 1988 em seu Art. 205 afirma que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, Confirmado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e bases da educação

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).
Edna_palmerin@hotmail.com

(LDB), “a educação é dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem finalidade o pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação para o trabalho”. Os pais são os principais responsáveis por este colegiado haja vista ter em seu bojo o objetivo de colaborar com o aperfeiçoamento do processo da educação fortalecendo a gestão democrática da escola.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe, conforme várias observações feitas em diversas escolas tem um papel de fazer sempre uma avaliação do rendimento escolar do comportamento do aluno, uma prática que deverá ser avaliada, porém, dentro do Organograma construído com base no regimento escolar interno da escola pública este conceito e esta prática não tem mais esta visão, o aluno passa a ser coo participativo na construção deste processo.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado que segundo DALBEN (1995) pode propiciar o debate permanente e a geração de ideias que pode promover o diálogo que viabiliza o desenvolvimento e fortalecimento da função social da escola, onde se deve averiguar como está sendo estabelecida os princípios do Conselho de classe, proporcionando uma nova reflexão da realidade pedagógica e da postura de alguns profissionais discentes. A escola deverá se empenhar para instituir o Conselho de Classe haja vista ser um pilar importantíssimo de apoio a gestão democrática escolar

Grêmio Estudantil

A comunidade escolar principalmente os alunos devem ter o conhecimento sobre o relevante papel que o grêmio estudantil desempenha na escola realizando e estabelecendo novas relações de proximidades de discussão, suplantando o conceito de que o grêmio é um colegiado de realização de festas, quermesses, e outras diversões que vão de encontro aos objetivos do grêmio.

Segundo Bastos (2002) O grêmio é o órgão representativo do corpo discente de cada unidade escolar que tem por finalidade favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, da prática democrática, da criatividade e da iniciativa possibilitando ao alunado a discutir e participar das ações, das decisões e dos interesses comuns em prol do melhoramento da educação, porem alguns grêmios não se posicionam conforme explicita Bastos(2002), este espaço é feito para outros objetivos como quermesses, festas bebidas que não objetiva o engrandecimento da qualidade da educação, da organização da gestão que não condiz com a realidade a que se propõe a gestão democrática.

O Regimento Interno Escolar e a Organização da Escola Pública

Conceituação de Regimento interno segundo a Língua Portuguesa é um conjunto de regras estabelecidas por um grupo para regulamentar o seu funcionamento. Podendo ser usado em diversas atividade, nos variados campos, seja do poder público, seja na iniciativa privada, tem uma importância bastante destacada nos tribunais.

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).
Edna_palmerin@hotmail.com

É ato ou modo de reger ou o seu efeito corpo de tropas, regulamento de uma instituição, estatuto regimental. Estes são conceitos explícitos em dicionários concebidos como regimento interno, onde está baseado a estrutura organizacional administrativa, pedagógica da escola democrática. Para LIBANEO (2001), toda instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna geralmente prevista no Regimento ou em legislação específica estadual ou municipal.

O Regimento Escolar é o documento que irá expressar a posição política, administrativa, disciplinar e pedagógica da escola, deve ser construído coletivamente para que sejam definidas as responsabilidades, os direitos e deveres da coletividade escolar. É um documento que faz valer a Gestão Democrática em sua totalidade, fortalecendo a autonomia da escola e garantindo a implementação das ações estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da instituição.

A pesquisa em que se pauta este trabalho, pautou-se na escola que compõe o projeto piloto da Secretaria de Estado da Educação que contemplou cinco (5) escolas para se efetivar a Gestão Democrática no estado do Amapá, amparada na Lei 1503/10 denominada de Lei da Gestão Democrática.

A Gestão Participativa é muito utilizada nos dias de hoje, sendo que as escolas possuem autonomia para elaborar o seu Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, seguindo as Diretrizes Estaduais que irão embasar a elaboração destes documentos. Ainda segundo Lück (1998, p.13): “A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia.” Desta forma pode-se afirmar que as decisões não são mais de inteira responsabilidade do diretor e sim do colegiado como um todo. Os gestores escolares atuando como líderes, são responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações.

Outro fato importante é que, a mantenedora Secretaria de Estado da Educação criou seu regimento interno em que as todas as escolas estaduais se utilizam deste regimento para todas as suas necessidades, exceto aquela que se propôs a construir seu próprio regimento. Dentre essas escola foi encontrada uma escola que construiu seu regimento interno com bases na gestão democrática, e apresenta um organograma básico demonstrando como sua organização está sendo executada, o referido organograma foi discutido junto ao Conselho Escolar e aprovado pela Assembleia Geral. A escola conta com um total de 78 (setenta e Oito) servidores e uma equipe gestora, Diretora, Diretor Adjunto e Secretária Escolar todos eleitos através do voto direto da comunidade escolar, e um Conselho escolar atuante, que se reúne mensalmente e extraordinariamente para deliberar sobre as causas e necessidades da escola, embora este conselho ainda não tenha vivenciado as funções que lhe são devidas.

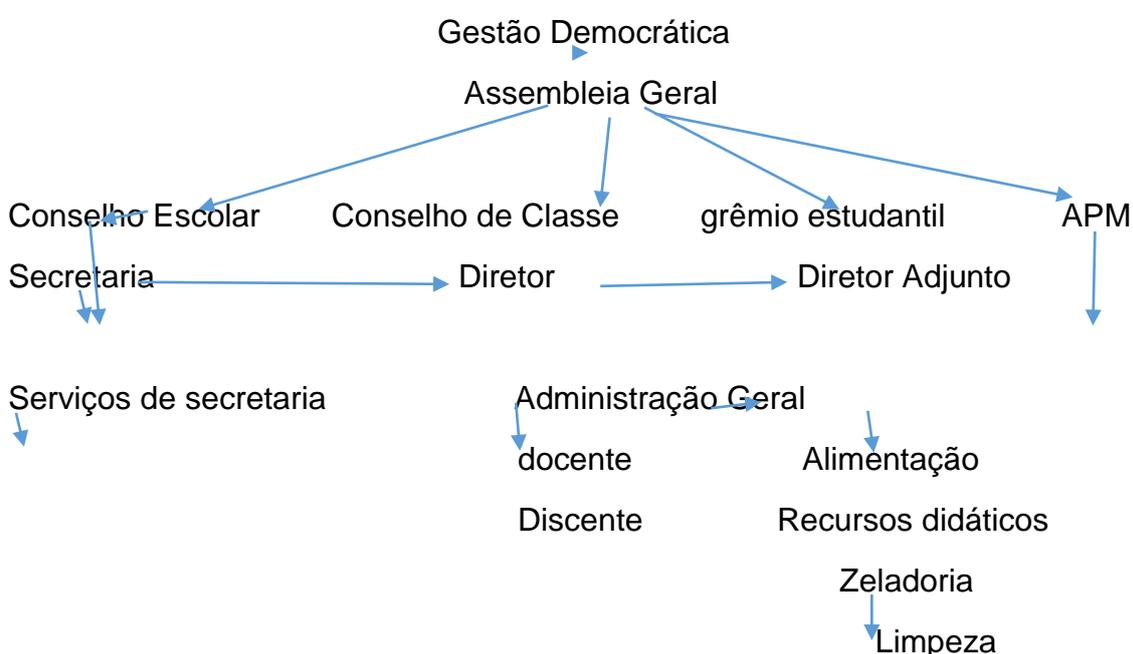
Todas as escolas independente de sua equipe gestora ser eleita ou não a construção do regimento interno se faz necessário por ser um espaço de

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).
Edna_palmerin@hotmail.com

discussão em que a comunidade escolar baseada no diálogo constrói de forma participativa a sua organização.

A escola que implantou o processo de gestão democrática valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe à docência como trabalho interativo, acredita na construção coletiva dos objetivos do funcionamento da escola, por meio do diálogo, do consenso, pois através da organização da gestão a realização do trabalho escolar, torna-se positivo apresenta resultados satisfatórios isto é, envolve os conhecimentos a qualificação as práticas do educador, as relações interpessoais o planejamento, o desempenho das atividades, a formação continuada e a avaliação do trabalho escolar como um todo, haja vista envolver aspectos pedagógicos, administrativos financeiro.

Organograma Básico da Escola Pública



Análise das Pesquisas

Refletir e descrever sobre os tramites da organização da escola pública tendo como parâmetro o regimento interno do ponto de vista democrático é relevante pois fazendo uma revisitação nas práticas exercidas onde a gestão democrática não é exercitada existe ranços de mandonismo em que as atividades são exercidas por obrigações, afastando quaisquer possibilidades de participação, ou emissão de opinião.

*Doutora em Ciências da Educação pela universidade UNINTER – PY).
Edna_palmerin@hotmail.com

Nas escolas onde já existe o processo de gestão democrática percebeu-se que o Regimento escolar interno foi construído com base no Regimento da mantenedora Secretaria de Estado da Educação que já está pronto. Porém neste cenário foi encontrado uma escola que possui o seu Regimento interno construído com base na gestão democrática, em parceria com professores, pais, alunos e comunidade escolar em geral e em torno, que posteriormente foi aprovado pela assembleia geral que a partir da sua aprovação a organização da referida escola passa a ser regida tendo como norte o seu Regimento interno escolar apresentando um organograma em que se retrata a organização da escola baseada na Gestão democrática.

As escolas onde já está implantada a gestão democrática escolar tem a possibilidade de fortalecer suas gestões suas organizações quando tem a participação da comunidade escolar e em torno compartilhando dessas construções. A organização da escola conseqüentemente da gestão perpassa pelo seu Regimento.

E ao visitar o Regimento interno da mantenedora Secretaria de estado da Educação, se percebeu não ter um cunho democrático, explicitamente não se visualiza um organograma baseado neste regimento, assim as escolas procedem, tratando o regimento com normas, princípios, controle, direitos deveres, onde o aluno é evidenciado no ato de cumprimento das normas dos direitos dos deveres, não como um coparticipante nesta construção.

Ressaltando que a Regimento interno escolar e' um instrumento de sustentação que deve ser construído por todas as escolas, embora na maioria dessas, não foi encontrado este instrumento por achar que o Secretaria de Educação oferta este instrumento pronto, e a escola perde a oportunidade de fazer sua construção com a participação de todos.

Considerações Finais

O Regimento Interno escolar é um instrumento que servirá de referência para as discussões e reflexões, assim como sua organização levando em consideração a realidade da comunidade escolar, porém sem jamais esquecer as Leis vigentes no país, o objetivo primordial da educação a garantia da qualidade educacional onde todos os deveres e direitos garantidos pelas leis sejam realmente efetivados. O Regimento Escolar é um instrumento fundamental para a organização pedagógica e administrativa em nossas escolas.

Faz-se necessário superar as formas tradicionais de organização e gestão escolar, adotando novas formas, alternativas inovadoras criativas de modo que os objetivos sociais políticos dos envolvidos sejam contemplados com estratégias e projetos compatíveis para o desenvolvimento das funções operativas. Entende-se que para considerar uma gestão democrática e

participativa seja realmente efetivado, que deve estar preparada para além do conhecimento das relações sociais escolares, consiga chegar até a sala de aula no processo ensino aprendizagem. O trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, a participação deve ser entendida como processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão, estar na superação das dificuldades e limitações, as ações da escola são realizadas a partir da participação conjunta e integrada a todos os setores da escola seja ela de caráter colegiado, administrativo, pedagógico e o financeiro. Indica-se que as escolas que possuem o processo de gestão democrática possam se utilizar da participação, da parceria para juntos construírem seus regimentos internos voltados a qualidade da educação, possibilitando que cada setor da escola possa escrever, participar dialogar e garantir o direito de estar junto com a escola escrevendo seu currículo sua organização, percebe-se a diferença na análise do Regimento escolar das escolas na sua maioria apresenta um regimento sob o olhar ante a democracia e outro regimento interno baseado na ação democrática. Ao observar o organograma básico da escola que atenda a gestão tem o intuito de definir formas de permanência de alunos na escola, sugerir ações, estimular a efetiva participação da escola nas decisões, assegurando a autonomia escolar fortalecendo a administração pedagógica, administrativa, financeira e transparente garantindo a comunidade a participação, a construção coletiva e sustentação dos órgãos que oferecem total equilíbrio a gestão democrática da escola. A escola tem que estar alicerçada na lei estadual que trata da gestão democrática escola nos pilares que dão sustentação a gestão democrática para assim se fortalecer e conseguir alavancar, caminhar, a escola que optou pela gestão democrática não é mais aquela escola que se via como escola fechada, pronta, acabada. Atualmente a gestão democrática tem sugerido nova forma de governar, nova forma de participar, educação de hoje deve ser vista com amplitude além dos muros um leque que traz alternativa de qualidade para o ensino, a escola democrática é uma escola diferente das demais, não deve ser comparada com outras escolas sem processo democrático escolar implantado. A escola com este modelo de gestão deverá ser uma escola que oferta educação diferenciada, coletiva, dialogada, inovadora, o regimento interno escolar traz em seu bojo recursos que podem transformar a vivencia dificultosa que a escola possa enfrentar se alicerçando na sua construção obtendo resultados na qualidade da educação ofertada perpassando pela sua organização.

Referências

A ONTORIA, **Mapas Conceituais uma técnica para aprender** edições Loyola São Paulo Brasil 2005

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ, **Lei nº 1503 de 09 de julho de 2010**, dispõe sobre a regulamentação da Gestão Democrática Escolar nas Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino

AZEVEDO, Janete M. Lins. **O Estado, A Política Educacional e a Regulação do Setor educação no Brasil: uma abordagem histórica**. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto e AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006,

BRASIL, **Constituição Federal de 1988, de 05 de Outubro de 1988. Diário Oficial da União**. Brasília – DF, 23 de dezembro de 1996.

_____ **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96**

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – **CEE Parecer nº 77/2014 de 11/12/2014**,

CURY, Carlos R Jamil, *Os Conselhos de Educação e a Gestão dos sistemas impasses, perspectivas e compromisso*, São Paulo Cortez 2000

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas, **Trabalho Escolar e Conselho de Classe** Campinas São Paulo, Papirus 1995

DOURADO, Luiz Fernandes, *Progestão: Como Promover, articular e envolver a ação das pessoas no Processo de gestão escolar*. Brasília: CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação 2001

_____, *A escolha de Dirigentes escolares: Políticas e Gestão da Educação no Brasil*. São Paulo Cortez 2001

_____, (Org.). *Gestão Democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia*. Goiânia: Alternativa: Sintego, 2003 (Coleção Políticas Educacionais)

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Gestão democrática da educação*. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBANEO, Jose Carlos “**O sistema de Organização de Gestão da Escola**” In

LIBANEO, José Carlos *Organização e Gestão da escola Teoria e Prática* 4ª ed. Goiânia Alternativa 2001.

LIBANEO, José Carlos, **democratização da Escola Pública, A Pedagogia crítico-social dos conteúdos**; 14ª edição São Paulo, editora Loyola 1996

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCK, Heloisa, **Gestão educacional: uma questão paradigmática** / Heloisa Luck, 8ª Ed – Petrópolis, RJ Vozes 2011- serie Caderno de Gestão

_____, **Liderança em Gestão Escolar**/ Heloisa Luck 8ª ed. Petrópolis.

RJ: Vozes, 2012 (série caderno de gestão; 4)

MENEZES, EbenezerTakuno de: Thais Helena dos Verbete: **Regimento Escolar: Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – Educa Brasil, São Paulo; Midiamix 2001

NAVARO, I. Pinto. **Programa de Fortalecimento do Conselho Escolar**, 2004 Distrito Federal.

PARO, Victor H. **Gestão Democrática da Escola Pública** 3ª Ed. São Paulo Ática 2006

VASCONCELLOS, Celso dos Santos Planejamento: **Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização 14ª ed. São Paulo Libertad Editora 2005.